



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 13/05/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou ações do Governo federal nas áreas econômica e de segurança pública. Afirmou que o Programa Desenrola não reduziria o endividamento da população e relacionou o aumento das dívidas à expansão dos gastos públicos, juros e inflação. Também questionou o Programa Brasil Contra o Crime Organizado. Ainda comentou a Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, para revogar a chamada “taxa das blusinhas”, e afirmou que o imposto havia sido criado pelo próprio Governo federal, após pressão da Oposição e desgaste político causado pela medida.

Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO - MA) - O Deputado criticou a criação de novas unidades de conservação entre 2023 e 2026 e alertou para os impactos socioeconômicos da possível implantação da Reserva Extrativista Tauá-Mirim, no Maranhão. Afirmou que a medida poderia comprometer cerca de 50 mil empregos ligados ao complexo portuário do Estado e à Zona de Processamento de Exportação. Informou que quatro das cinco associações comunitárias da área ingressaram na Justiça por não terem sido ouvidas durante o processo conduzido pelo ICMBio e pelo Ministério do Meio Ambiente. Também questionou a condução das audiências públicas e defendeu políticas ambientais associadas à geração de renda, emprego e desenvolvimento econômico no Maranhão.

Rogério Correia (PT - MG) - O Deputado apresentou o Sr. Carlos Silva, integrante da Pastoral dos Sem-Casa e do movimento nacional dos sem-casa em Belo Horizonte (MG). Destacou o trabalho desenvolvido junto a famílias da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG) que vivem sem moradia própria ou dependem de aluguel. Informou que representantes do movimento participaram de reuniões no Ministério das Cidades para discutir a ampliação de unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida. Afirmou que a iniciativa buscou fortalecer políticas públicas de habitação e ampliar o acesso à moradia para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o plano de segurança pública apresentado pelo Governo Lula e afirmou que as medidas anunciadas repetiram propostas já debatidas e aprovadas pelo Congresso. Citou ações como fortalecimento do sistema prisional, uso de bloqueadores de celulares, ampliação de bancos genéticos e fiscalização de fronteiras, alegando que não havia novidades no programa. Também questionou o volume de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública e criticou a oferta de crédito do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

BNDES aos Estados. Defendeu maior atuação das Forças Armadas nas fronteiras e avaliou que a Força Nacional não atendeu às demandas de combate à violência no País.

Marcon (PT - RS) - O Deputado criticou manifestações de apoiadores do ex-Presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais e afirmou que grupos políticos incentivaram comportamentos irresponsáveis ao divulgar conteúdos sobre ingestão de detergente. Também acusou aliados bolsonaristas de articularem, nos Estados Unidos, ações contra o Brasil por meio do Deputado Eduardo Bolsonaro. Declarou que o Presidente Lula conduziu diálogo internacional e demonstrou capacidade de negociação diante das tensões com o Presidente Donald Trump. Afirmou que Lula fortaleceu a imagem do Brasil no cenário internacional e acusou adversários políticos de atuarem contra os interesses da população brasileira.

Lafayette de Andrada (PL - MG) - O Deputado criticou o leilão de energia promovido pelo Governo Federal para contratação de usinas termelétricas e afirmou que a medida ampliaria os custos da conta de luz para os consumidores. Questionou mudanças nos preços do certame, citou decisões do Tribunal de Contas da União e pedidos do Ministério Público Federal para suspensão do leilão, além de apontar falta de transparência no processo. Também contestou proposta da Codevasf relacionada ao Projeto Jaíba, no norte de Minas Gerais. Ressaltou que o edital previa a retirada de cerca de 2 mil famílias assentadas há décadas na região para concessão da área à iniciativa privada. Afirmou que acionaria órgãos competentes para barrar a medida.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou visitas ao Sertão da Bahia e encontros com lideranças em Araci (BA), Wanderley (BA) e Jaguaripe (BA). Afirmou que destinou emendas impositivas para construção de quadras poliesportivas, aquisição de UTI móvel, veículos para a Guarda Municipal, ações de saúde e recuperação de estradas, destacando que parte dos recursos ainda aguardava licitação. Descreveu a atuação como expressão do municipalismo e do fortalecimento do pacto federativo por meio das emendas parlamentares. Também mencionou investimentos do Governo federal, como a duplicação da BR-116 e obras do Instituto Federal Baiano. Registrou críticas à interferência judicial na política e defendeu o protagonismo político com foco no desenvolvimento e na superação de práticas de coronelismo.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada relatou ter sido alvo de ofensas durante reunião na Comissão da Mulher na Câmara dos Deputados, quando foi chamada de “feia” e “horrorosa” por um participante. Afirmou que a Polícia Legislativa Federal analisou imagens e testemunhas e concluiu pela ocorrência de injúria com caráter de misoginia e violência política de gênero, com intenção de humilhação. Destacou que o caso teve ampla divulgação nas redes sociais e foi tratado como agravado no relatório. Informou que o Ministério



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Público Federal arquivou o caso ao considerar que as falas estariam protegidas pela liberdade de expressão. Contestou a decisão, apontou divergência entre instituições e informou que pretende recorrer.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado comemorou os 217 anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Registrou homenagem ao efetivo de aproximadamente 47 mil policiais e à atuação da corporação na segurança pública fluminense. Afirmou que mantém há mais de 25 anos atuação ligada à área de segurança e destacou a destinação de recursos de emendas parlamentares, somando cerca de 35 milhões de reais, para forças como Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Bombeiros, Defesa Civil, PRF, PF e DEGASE. Declarou que seguirá destinando recursos ao setor e reafirmou apoio às forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado registrou a visita de estudantes do nono ano do Colégio Eliezer Max, de Laranjeiras, no Rio de Janeiro (RJ). Destacou a presença de alunos e professores em atividade pedagógica que incluiu a produção de relatório sobre a visita ao Congresso Nacional. Afirmou que a aproximação dos jovens com o Parlamento contribuiu para o entendimento da política como espaço de debate democrático, diversidade e formulação de políticas públicas. Ressaltou que os estudantes representam futuras gerações que poderão atuar na vida pública e na construção do País, e registrou saudação e reconhecimento pela participação no acompanhamento das atividades legislativas em Brasília (DF).

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado celebrou a Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, para revogar a chamada “taxa das blusinhas”. Afirmou que a iniciativa ampliou a inserção do Brasil no comércio internacional e impactou o poder de compra da população. Também relacionou a medida a outras ações de política tributária, como isenção para rendas até 5 mil reais, criação de *cashback* na reforma tributária, taxação de fundos exclusivos, *offshores* e apostas esportivas (*bets*), além da cobrança de imposto de renda sobre altas rendas, defendendo um sistema de justiça tributária.

Dr Flávio (PL - RJ) - O Deputado registrou a presença da Deputada Índia Armelau e destacou a atuação conjunta em projetos relacionados ao Transtorno do Espectro Autista, incluindo proposta para ampliar o acompanhamento de pessoas autistas após a maioridade. Também defendeu o aumento de penas para crimes contra crianças. Mencionou a destinação de recursos por emenda parlamentar para as forças de segurança do Rio de Janeiro, somando cerca de 5 milhões de reais para Polícia Militar e Polícia Civil. Ainda parabenizou os 217 anos da Polícia Militar e reafirmou apoio às ações de segurança pública no Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado registrou a visita de estudantes de Direito do Centro Universitário do Rio de Janeiro (RJ), do bairro de Campo Grande. Destacou a importância da presença dos alunos no Congresso Nacional e mencionou sua origem na mesma região do Rio de Janeiro (RJ). Afirmou que a atividade contribuiu para o entendimento sobre o equilíbrio entre os Poderes da República e o funcionamento do sistema institucional brasileiro. Também agradeceu a professores e coordenadores responsáveis pela visita e desejou sucesso aos estudantes na formação jurídica e futura atuação profissional no País.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada registrou a passagem do 13 de maio como marco histórico da abolição formal da escravidão no Brasil. Afirmou que a medida não garantiu a efetiva inclusão da população negra, destacando a permanência de desigualdades estruturais. Mencionou o período de mais de três séculos de escravização de africanos e a exploração de povos indígenas na formação econômica do País. Relacionou esse processo à consolidação de hierarquias sociais e ao racismo estrutural ainda presente. Defendeu políticas afirmativas e reparação histórica, com atenção às condições das mulheres negras, apontadas como grupo mais afetado por desigualdades no acesso à renda, educação e oportunidades.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado defendeu a redução da maioria penal de 18 para 16 anos para responsabilização de adolescentes em crimes hediondos e punição equivalente à de adultos. Também criticou a Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, para revogar a chamada “taxa das blusinhas”. Ainda mencionou a exclusão do Brasil de lista de exportadores de carne pela União Europeia, apontando impactos aos produtores e atribuindo o fato a um fracasso diplomático. Fez críticas à condução do Governo e ao cenário político nacional.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou a importância de iniciativas de acesso à educação superior para jovens da periferia de São Luís e do Maranhão. Afirmou que historicamente estudantes dessas regiões enfrentaram barreiras econômicas e falta de apoio para ingressar na universidade. Citou o “Cursinho Coletivo”, projeto comunitário criado em 2023 pelo Coletivo Nós, com aulas gratuitas e foco no Enem, como exemplo de inclusão educacional. Também mencionou apoio do Governo Federal por meio da Rede Nacional de Cursinhos Populares. Informou que a iniciativa já atendeu mais de 3.500 jovens e resultou em mais de 300 aprovações em instituições como UFMA, UEMA e IFMA.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado homenageou o ex-Presidente do Uruguai José Mujica pelo primeiro ano de sua morte. Ademais, relatou visita realizada pouco antes do falecimento do líder uruguaio e destacou a simplicidade com que foi recebido em sua residência. Relembrou ainda a prisão e a tortura sofridas pelo ex-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Presidente, afirmando que ele manteve a defesa da dignidade humana, da honestidade e da justiça social, sem ceder às exigências do mercado. Ao final, citou frase de José Mujica sobre a perseverança na luta enquanto existirem causas sociais.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou Parlamentares que atribuíram ao Presidente Lula a criação da chamada “taxa das blusinhas” e afirmou que a tributação foi incluída pela Câmara dos Deputados em proposição enviada pelo Governo para combater contrabando e extravios. Ademais, destacou que o Governo Federal retirou a taxação por meio da Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais. Repudiou ainda a aprovação, na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei nº 3.824, de 2024, de autoria do Deputado Marcos Pollon, que autoriza o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para compra de armas. Ao final, defendeu a continuidade do projeto democrático representado pelo Presidente Lula.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado exaltou o Governo Lula pela ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para trabalhadores que recebem até 5 mil reais. Ademais, afirmou que a redução da tributação aumentou a renda disponível da população e estimulou a economia. Criticou ainda o ex-Presidente Bolsonaro pela ausência de reajuste da tabela do Imposto de Renda durante seu Governo. Ao final, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 1.838, de 2026, de autoria do Presidente Lula, que extingue a escala 6x1, com adoção de jornada de cinco dias de trabalho e dois de descanso sem redução salarial.

Clarissa Tércio (PP - PE) - A Deputada elogiou a Governadora Raquel Lyra pelo investimento na segurança pública de Pernambuco, com a incorporação de 5.500 novos policiais às ruas. Destacou ainda, como Parlamentar, sua ligação pessoal com a Polícia Militar, por ser filha de policial militar e ter estudado no Colégio da Polícia Militar. Ao final, homenageou os policiais militares pernambucanos que atuam no combate à criminalidade.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada denunciou relações escusas entre o Banco Master, o Senador Flávio Bolsonaro, o ex-Ministro da Casa Civil Ciro Nogueira e aliados do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Ademais, citou diálogo divulgado pelo *The Intercept Brasil* sobre financiamento de produção cinematográfica com recursos ligados ao banqueiro Daniel Vercaro e destacou os pagamentos mensais do banqueiro a Ciro Nogueira. Além disso, denunciou favorecimento do Banco de Brasília (BRB) ao Governador Ibaneis Rocha e ao Senador Flávio Bolsonaro em financiamentos de imóveis luxuosos. Apontou ainda o envolvimento de empresários apoiadores do ex-Presidente Jair Bolsonaro no escândalo financeiro do Banco Master. Por fim, repudiou as



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

denúncias de perseguição política relacionadas à fiscalização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre a empresa Ypê.

Paulão (PT - AL) - O Deputado prestou solidariedade à Deputada Heloísa Helena pela morte de seu filho, Sacha, e destacou sua trajetória política em Alagoas. Ademais, denunciou decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou a retotalização dos votos das eleições proporcionais em Alagoas após ação movida pelo Deputado Federal Nivaldo Albuquerque contra o Deputado João Catunda Filho. Criticou ainda o sigilo do processo e afirmou não ter tido acesso à ampla defesa e ao contraditório, apesar de a decisão poder resultar na perda de seu mandato de Deputado Federal. Ao final, afirmou que seguirá na luta política, mesmo se perder o mandato, e agradeceu o apoio recebido da Deputada Heloísa Helena.

General Girão (PL - RN) - O Deputado prestou solidariedade à Deputada Heloísa Helena pela morte de seu filho. Ademais, criticou a política de segurança pública do Governo Federal, afirmando que o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) não resolveram o avanço da violência no País. Além disso, citou pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública segundo a qual 40,1% da população foi vítima de algum tipo de violência e associou a insegurança à leniência da Justiça Criminal, à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e às audiências de custódia. Recriminou ainda a gestão da Governadora Fátima Bezerra no Rio Grande do Norte, apontando falta de investimentos na segurança e de prioridade às polícias. Ao final, defendeu o fortalecimento policial, a discussão da redução da maioria penal e a adoção de medidas inspiradas em El Salvador.

Fernando Mineiro (PT - RN) - O Deputado relembrou os 138 anos da Lei Áurea e comparou a resistência histórica da elite escravocrata à atual oposição à redução da jornada de trabalho e ao fim da escala 6 por 1. Ademais, destacou que setores empresariais difundem notícias falsas e previsões catastróficas contra a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais e a adoção da escala 5 por 2, assim como ocorreu em debates sobre o salário mínimo, o 13º salário e a política de valorização salarial do Presidente Lula. Além disso, denunciou relações de promiscuidade entre o Senador Flávio Bolsonaro, o banqueiro Daniel Vorcaro e o Banco Master, após divulgação de áudio sobre pedido de recursos para financiar filme sobre o ex-Presidente Bolsonaro. Ao final, contestou as críticas à política de segurança pública do Rio Grande do Norte, apontando que a Governadora Fátima Bezerra liderou os avanços nacionais no setor.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada denunciou relações escusas entre o Senador Flávio Bolsonaro, o banqueiro Daniel Vorcaro e o Banco Master após divulgação, pelo *The Intercept Brasil*, de áudio em que o Senador pede recursos para financiar filme sobre o ex-Presidente Bolsonaro. Ademais, destacou que houve



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

repassa de 2 milhões de dólares para fundo internacional ligado ao projeto cinematográfico e associou o caso a esquema financeiro fraudulento envolvendo integrantes do bolsonarismo. Ao final, declarou que novas revelações sobre o caso ainda serão divulgadas.

Paulão (PT - AL) - O Deputado denunciou o pedido de milhões de reais feito pelo Senador Flávio Bolsonaro ao banqueiro criminoso Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Ademais, criticou o silêncio do Partido Liberal (PL) diante do caso e associou o episódio à família Bolsonaro e à Extrema Direita. Ao final, elogiou o jornalismo independente e o trabalho do *The Intercept Brasil* na divulgação das informações.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado exaltou a atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro em operações contra o crime organizado, destacando a apreensão de 48 toneladas de maconha e a prisão de integrantes de facções armadas na Comunidade da Coreia. Ademais, defendeu promoções por bravura aos policiais envolvidos nas operações e homenageou os 217 anos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Criticou ainda Governos e políticos pelo uso da imagem da corporação em ações publicitárias sem valorização efetiva dos agentes de segurança pública e cobrou melhores condições para policiais ativos, veteranos e pensionistas. Ao final, convocou os policiais militares a promover mudanças políticas nas eleições de outubro.

ORDEM DO DIA

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021. Ademais, criticou a sessão deliberativa semipresencial, defendendo a presença física do Parlamentar na Câmara dos Deputados. Questionou ainda o Relator sobre a retirada da exigência de reinvestimento em esportes olímpicos como contrapartida para o acesso dos clubes ao regime tributário especial. Ao final, defendeu a transparência e condenou o uso de recursos privados para financiar produções cinematográficas mediante favorecimento político e tráfico de influência, citando o banqueiro Daniel Vorcaro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado defendeu o incentivo ao esporte como instrumento de promoção da saúde, da cultura e do desenvolvimento econômico. Ademais, exaltou o Presidente Lula pela recriação do Ministério do Esporte e pela criação da Universidade Federal do Esporte (UFEsporte). Destacou ainda a ampliação do Programa Bolsa Atleta, com mais de 10 mil bolsas concedidas em 2025 para preparação de atletas em competições nacionais e internacionais. Ao final, afirmou que o Governo Lula apoia o fortalecimento do esporte brasileiro e a conquista de títulos internacionais.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021. Ademais, denunciou pedido de R\$ 134 milhões feito pelo Senador Flávio Bolsonaro ao banqueiro Daniel Vorcaro para financiar filme sobre o ex-Presidente Bolsonaro e associou o caso ao esquema de corrupção do Banco Master. Destacou ainda o envolvimento do Governador Ibaneis Rocha, do Senador Ciro Nogueira e de Parlamentares do Distrito Federal no escândalo das fraudes do Banco Master. Ao final, defendeu a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master e cobrou o sequestro dos recursos desviados para ressarcir o Banco de Brasília (BRB).

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021. Ademais, esclareceu ao Deputado Chico Alencar que o Substitutivo mantém a exigência de comprovação de investimento contínuo e participação regular em competições oficiais de, no mínimo, seis modalidades olímpicas ou paralímpicas distintas do futebol.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

(RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021. Ademais, criticou os Governos do Partido dos Trabalhadores (PT) por não inserirem esporte de qualidade nas escolas e universidades federais.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021.

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, que institui o Regime Especial de Tributação para Associações Desportivas (RETAD), para unificar a apuração de tributos federais incidentes sobre as receitas de associações civis desportivas sem fins lucrativos, e altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021. Além disso, criticou o Senador Flávio Bolsonaro, citando denúncias envolvendo suposta participação em esquemas anteriores e alegado vínculo com Daniel Vorcaro no caso relacionado ao Banco Master. Defendeu que eventuais investigações e punições sejam aplicadas de forma ampla, independentemente de alinhamento político, alcançando integrantes da direita, do Governo Federal e até membros do Judiciário, caso haja comprovação de irregularidades.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou o Governo anterior por extinguir Ministérios como os de Esportes, Cultura, Planejamento e Desenvolvimento Agrário, associando essas decisões ao retorno do País ao mapa da fome. Além disso, destacou que o Governo atual restituiu o Ministério dos Esportes, ampliou o programa bolsa-atleta, estimulou diversas atividades esportivas e criou a Universidade do Esporte, apresentando essas medidas como evidência do apoio do Presidente Lula ao setor.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado Doutor Luizinho agradeceu a ampla aprovação, com 421 votos favoráveis, do Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2026, voltado ao fortalecimento do esporte olímpico



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

brasileiro. Destacou que a votação representa um marco para o setor esportivo nacional e reafirma o compromisso da Câmara dos Deputados com o desenvolvimento do esporte no País.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado ofereceu parecer ao Projeto de lei nº 5.878, de 2025, que cria a Rota Turística Religiosa do Cariri – Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Santana do Cariri.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 5.878, de 2025, que cria a Rota Turística Religiosa do Cariri – Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Santana do Cariri. Além disso, criticou o Senador Flávio Bolsonaro, apontando suposto envolvimento em escândalo de corrupção relacionado ao Banco Master, e questionou a relação entre o Senador e o presidente da instituição financeira, citando áudios que indicariam pedido de recursos superiores a 140 milhões de reais para pagamento de faturas e financiamento de filme.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 5.878, de 2025, que cria a Rota Turística Religiosa do Cariri – Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Santana do Cariri. Além disso, criticou denúncias envolvendo supostas negociações atribuídas ao Senador Flávio Bolsonaro relacionadas ao financiamento de uma produção audiovisual sobre Jair Bolsonaro, classificando o caso como grave sob a perspectiva da ética pública e defendendo apuração rigorosa de eventuais irregularidades. Também afirmou que qualquer suspeita de corrupção ou uso indevido de influência política deve ser investigada, independentemente de filiação ou posição política.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de lei nº 5.878, de 2025, que cria a Rota Turística Religiosa do Cariri – Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Santana do Cariri.

Fred Costa (PRD - MG) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 2.978, de 2023, que altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.978, de 2023, que altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação. Além disso, afirmou considerar preocupante o silêncio do Senador Flávio Bolsonaro diante das denúncias relacionadas ao caso envolvendo o Banco Master. Acrescentou que informações divulgadas recentemente ajudariam a explicar essa postura, ao apontarem supostas negociações entre o Senador e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Daniel Vorcaro para o financiamento de uma produção audiovisual sobre Jair Bolsonaro, em valores que chegariam a R\$ 134 milhões. Por fim, defendeu rigor na apuração dos fatos e afirmou que eventuais irregularidades devem ser investigadas com imparcialidade, independentemente dos envolvidos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 2.978, de 2023, que altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação. Além disso, criticou o Senador Flávio Bolsonaro, citando áudios que indicariam cobrança de parcelas atrasadas a Daniel Vorcaro, presidente do Banco Master, para financiamento de filme sobre a vida do ex-Presidente Jair Bolsonaro, com orçamento de 134 milhões de reais.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 2.978, de 2023, que altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação. Também apontou irregularidades no suposto financiamento de filme sobre Jair Bolsonaro, cujo orçamento de 134 milhões de reais — sendo 24 milhões de dólares já pagos — seria três vezes superior ao do filme "Ainda Estou Aqui" e cinco vezes ao de "O Agente Secreto", associando o caso ao Senador Flávio Bolsonaro e a Daniel Vorcaro. Por fim, cobrou a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o caso Master, citando o art. 21 como fundamento regimental.

Fred Costa (PRD - MG) - O Deputado proferiu parecer às emendas de plenário ao Projeto de lei nº 2.978, de 2023, que altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do Artigo 9 da Lei 14.193/2021, contido no art. 2 do texto do Senado apresentado ao Projeto de lei nº 2.978, de 2023, que altera a Lei nº 14.193, de 6 de agosto de 2021, a fim de aperfeiçoar a governança das Sociedades Anônimas do Futebol, resguardar os investidores e preservar os direitos dos clubes, dos profissionais do futebol e dos atletas em formação. Também fez registro político, contrastando a extinção do Ministério do Esporte no Governo Bolsonaro com a sua recriação e a criação da Universidade Federal do Esporte no Governo Lula, além de mencionar os áudios envolvendo o Senador Flávio Bolsonaro e Daniel Vorcaro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Fred Costa (PRD - MG) - O Deputado defendeu a manutenção do texto do Projeto de lei nº 2.978, de 2023, sobre as Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), argumentando que a segurança jurídica é essencial para atrair investimentos ao setor. Afirmou que a legislação já estabelece que a SAF responde apenas pelas obrigações previamente acordadas com o clube, e alterar essa regra para incluir dívidas não previstas poderia gerar insegurança e afastar investidores. Por fim, apontou que a aprovação do destaque que amplia essa responsabilidade colocaria em risco tanto as SAFs já existentes quanto a criação de novos projetos no futebol brasileiro.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado contestou o argumento de segurança jurídica apresentado pelo Relator, distinguindo as dívidas transferíveis à Sociedade Anônima do Futebol (SAF) como restritas ao objeto social do clube. Argumentou que a nova redação proposta ao Projeto de lei nº 2.978, de 2023, em discussão, ao limitar a responsabilidade apenas ao que for expressamente acordado, deixaria atletas e técnicos sem respaldo jurídico para cobrar direitos trabalhistas, uma vez que o clube original deixa de existir como interlocutor. Por fim, defendeu a redação anterior como mais adequada à proteção dos trabalhadores do esporte.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado comunicou ao Plenário o encerramento do mandato à frente da Liderança do Partido Novo, agradeceu aos colegas pela confiança e anunciou que o Deputado Gilson Marques assumiria a Liderança a partir daquela data.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado agradeceu a confiança depositada na nova Liderança do Partido Novo e destacou a responsabilidade do cargo em ano eleitoral. Apontou que os principais problemas do Brasil têm origem na política e defendeu o combate à corrupção, o resgate da honestidade e a reversão da centralização de recursos em Brasília, propondo que o dinheiro público retorne a quem produz e trabalha.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada registrou agradecimento ao trabalho desempenhado pelo Deputado Marcel van Hattem ao longo do último ano, destacando sua competência e coragem diante dos desafios enfrentados. Também manifestou apoio ao Deputado Gilson Marques, ressaltando sua capacidade técnica, dedicação e postura firme na atuação política.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado saudou o novo Líder do Partido Novo, Deputado Gilson Marques, desejando-lhe êxito na condução da bancada. Também agradeceu ao ex-Líder Marcel van Hattem, à Deputada Adriana Ventura, ao Deputado Ricardo Salles e à equipe de assessores legislativos pelo trabalho conjunto e pela colaboração nas pautas do partido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada levantou questão de ordem com base no art. 10, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alegando que a bancada não teve oportunidade de encaminhar a votação de destaque relevante ao Projeto de lei nº 2.978, de 2023, em discussão. Argumentou que a proposição aprovada institucionaliza um calote trabalhista e previdenciário, pois permite que clubes transfiram suas receitas para as SAFs sem transferir as dívidas com atletas e trabalhadores, esvaziando a capacidade de pagamento dos débitos reconhecidos judicialmente.

Yury do Paredão (MDB - CE) - O Deputado celebrou a aprovação de proposição de sua autoria, o Projeto de Lei nº 5.878, de 2025, que cria a Rota Turística Religiosa do Cariri – Juazeiro do Norte (CE), Crato (CE), Barbalha (CE) e Santana do Cariri (CE). Destacou que a região recebe anualmente milhões de romeiros e que a criação da rota contribuirá para o fortalecimento do turismo religioso, o incentivo ao empreendedorismo e a geração de emprego e renda, além de valorizar o patrimônio histórico, cultural e religioso do Cariri.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o financiamento de R\$ 134 milhões ao filme sobre Jair Bolsonaro, atribuído ao banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, sugerindo possível origem ilícita dos recursos. Ironizou a proximidade entre Flávio Bolsonaro e Vorcaro, misturando propositalmente os nomes dos envolvidos. Defendeu a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) protocolada pelas Deputadas Fernanda Melchionna e Heloísa Helena, e cobrou representação à Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar possível lavagem de dinheiro e financiamento ilegal. Por fim, questionou a lógica do suposto "investimento" sem retorno aparente declarado pelo produtor Thiago Miranda, e criticou a direita por anos de oposição à Lei Rouanet enquanto utilizaria esquemas similares no submundo da política.

José Priante (MDB - PA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana). Na oportunidade, defendeu o transporte como direito constitucional. Citou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos ônibus do Rio de Janeiro (RJ) como exemplo de combate a irregularidades. Propôs que a legislação em debate estabeleça o papel da União na garantia do direito ao transporte, mecanismos de fiscalização e controle social sobre concessões, e fontes de financiamento para o Programa Tarifa Zero. Na continuidade, anunciou a reapresentação de emenda para incluir taxas sobre transporte individual e sobre lucros do transporte público como forma de financiar a gratuidade. Por fim, criticou manobra da direita que teria impedido a votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), por dois dias, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 25, de 2023, que acrescenta o Capítulo IX ao Título VIII para oferecer diretrizes sobre o direito social ao transporte previsto no art. 6º e sobre o Sistema Único de Mobilidade e autoriza a União, Distrito Federal e Municípios a instituírem contribuição pelo uso do sistema viário, destinada ao custeio do transporte público coletivo urbano; e reafirmou o compromisso de avançar na aprovação da referida PEC.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a edição de Medida Provisória pelo Governo Lula para revogar a chamada "taxa das blusinhas", classificando a iniciativa como oportunismo eleitoral a menos de cinco meses das eleições. Argumentou que o próprio Governo havia patrocinado a taxação anteriormente, tendo aumentado mais de 40 impostos e criado outros ao longo do mandato. Por fim, citou destaque do líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado Federal como suposta evidência do apoio governista à medida.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana). Na oportunidade, questionou a viabilidade de se garantir simultaneamente universalização, alta qualidade, modicidade tarifária, sustentabilidade ambiental e demais princípios previstos no texto, argumentando que tais metas seriam inatingíveis até mesmo em países desenvolvidos como a Suíça.

Paulo Pimenta (PT - RS) - O Deputado fez acusações à família Bolsonaro, referindo-se ao banqueiro Daniel Vorcaro como o "filho 05" do ex-Presidente, em alusão ao financiamento de R\$ 134 milhões para um filme sobre Bolsonaro. Citou documentos que comprovariam a relação entre Vorcaro e o clã Bolsonaro, incluindo: portaria ampliando percentual de consignado para o Banco Master; depósitos na campanha de Bolsonaro feitos pelo cunhado de Vorcaro; e depósitos na campanha do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Além disso, mencionou revelações do portal *The Intercept* sobre depósito de mais de R\$ 60 bilhões em conta no Texas vinculada a pessoas próximas a Eduardo Bolsonaro, informando que os dados já estariam com o Ministro André Mendonça, o Banco Central e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Por fim, anunciou três medidas que seriam formalizadas junto ao Ministério Público Federal (MPF), à Polícia Federal (PF) e ao Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça: o bloqueio imediato de R\$ 65 milhões para ressarcimento ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC); o bloqueio da mansão do Senador Flávio Bolsonaro em Brasília (DF), financiada pelo Banco de Brasília (BRB), como garantia adicional de ressarcimento; e o uso imediato de tornozeleira eletrônica pelo Senador Flávio Bolsonaro, alegando risco real de fuga.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado criticou o Senador Flávio Bolsonaro, classificando o episódio do financiamento do filme como "um tapa na cara da Direita brasileira". Afirmou que já esperava o escândalo, dado o histórico do Senador. Comparou o valor solicitado de R\$ 134 milhões, reduzido posteriormente para R\$ 61 milhões, ao custo de produções cinematográficas de referência, como *O Agente Secreto* e *Ainda Estou Aqui*, destacando a desproporção dos valores. Concluiu acusando o esquema de ser uma operação de lavagem de dinheiro e fez questão de distinguir a direita enquanto campo político do bolsonarismo, defendendo que os dois não se confundem.

Arlindo Chinaglia (PT - SP) - O Deputado manifestou indignação com o escândalo envolvendo o Senador Flávio Bolsonaro e o Banco Master, questionando a credibilidade do Senador ao pedir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master, uma vez que ele próprio teria atuado para obstruir sua criação no Senado. Esclareceu que o Partido dos Trabalhadores (PT) não assinou a CPI mista por desconfiança em relação ao autor e ao possível relator, mas que assinou outras duas CPIs, uma do ex-Governador do Distrito Federal e outra da Deputada Fernanda Melchionna. Destacou como prova de intimidade suspeita o áudio em que Flávio Bolsonaro diz ao banqueiro Vorcaro "estou e estarei contigo sempre", gravado dois dias antes da prisão do banqueiro, classificando a mensagem como "conversa de quadrilha". Além disso, criticou o fato de Flávio Bolsonaro não ter devolvido os recursos ao tomar conhecimento do escândalo, o que seria a atitude esperada de um homem público íntegro. Também rebateu o ex-Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, que havia classificado o episódio como "um tapa na cara", argumentando que Zema integra o mesmo campo político e chegou a cogitar uma chapa com Flávio Bolsonaro. Por fim, desafiou o Presidente do Senado a pautar a CPI do Banco Master, afirmando que os fatos, e não o PT, são os responsáveis pelas denúncias contra o Senador.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado levantou questão de ordem contestando a validade de uma emenda de redação apresentada pelo Relator após o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana); argumentando que ela extrapola os limites previstos no § 2º do art. 120 do Regimento Interno, que restringe emendas de redação final à correção de lapsos formais, incorreções de linguagem ou defeitos de técnica legislativa. Afirmou que a emenda em questão seria mais abrangente, alterando o mérito do texto de forma relevante, sem que a Mesa ou o Relator tivessem explicado as modificações introduzidas. Por fim, classificou a manobra como um precedente perigoso para o processo legislativo e solicitou que a emenda fosse invalidada, com retorno ao substitutivo anteriormente apresentado, para que a deliberação prosseguisse de forma regular e transparente.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado insistiu na Questão de Ordem anteriormente levantada, argumentando que a explicação apresentada pelo Relator não a supria formalmente. Reiterou que, independentemente das justificativas oferecidas, a Questão de Ordem precisava ser respondida pela Mesa, reforçando seu entendimento de que uma emenda de redação não pode resultar em um novo texto com número de página diferente e dispositivos alterados.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada contestou a narrativa de que o Governo Lula teria enviado à Câmara um projeto de "taxação de blusinhas". Esclareceu que o projeto original do Executivo não continha tal medida, e que a taxa foi introduzida por meio de Substitutivo do próprio Relator, sendo, portanto, uma iniciativa do Poder Legislativo. Acrescentou que houve negociação posterior para reduzir a alíquota, que teria começado em 60% e sido fixada em 20% para produtos de até 50 dólares. Encerrou reafirmando que o Governo Lula não tem qualquer responsabilidade pela medida, em defesa do que chamou de restabelecimento da verdade.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana). Na oportunidade, criticou o que chamou de "ética seletiva" e "moralismo farisaico" de Parlamentares que mudaram de posição em relação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master conforme a conveniência política; e reiterou o pedido de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

apresentada por ela e pela Deputada Fernanda Melchionna, afirmando que quem for "podre que se quebre", independentemente do campo político.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado rebateu as acusações feitas contra o Senador Flávio Bolsonaro, afirmando que apresentaria, no tempo de liderança, uma resposta detalhada ponto a ponto. Reivindicou para a oposição o protagonismo na defesa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Banco Master, alegando que conseguiram todas as assinaturas necessárias sem apoio da base governista, que agora, segundo ele, estaria tentando inverter a narrativa. Adotou postura de equidistância formal ao afirmar que "quem tiver culpa no cartório que pague", mas anunciou que detalharia o envolvimento do Presidente Lula com Daniel Vorcaro, incluindo suposto financiamento de filmes, classificando as acusações do Governo como parte de uma "máquina de *fake news*" voltada a destruir reputações e desviar a atenção de seus próprios erros.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana). Na oportunidade, ressaltou sua posição favorável à ampliação das fontes de financiamento do transporte público e, especialmente, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 25, de 2023, que acrescenta o Capítulo IX ao Título VIII para oferecer diretrizes sobre o direito social ao transporte previsto no art. 6º e sobre o Sistema Único de Mobilidade e autoriza a União, Distrito Federal e Municípios a instituírem contribuição pelo uso do sistema viário, destinada ao custeio do transporte público coletivo urbano. Na continuidade, criticou a extrema direita por ter preferido, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), discutir projeto que institucionaliza o assédio eleitoral em vez de avançar na pauta da mobilidade urbana. Em seguida, analisou o escândalo do Banco Master, contestando o argumento de Flávio Bolsonaro de que os recursos envolvidos seriam privados, e mencionando ainda o pagamento de suposta mesada de R\$ 500 mil ao Senador Ciro Nogueira pelo Banco de Brasília (BRB). Reiterou a comparação entre os R\$ 134 milhões solicitados para o filme e os custos de produções como O Agente Secreto (R\$ 28 milhões) e Ainda Estou Aqui (cerca de R\$ 50 milhões), reforçando a desproporcionalidade dos valores. Por fim, defendeu a investigação de todas as denúncias.

José Priante (MDB - PA) - O Deputado proferiu parecer às Emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 2001, a Lei nº 10.636, de 2002, e a Lei nº 12.587, de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana). Aproveitou para parabenizar o autor, o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Antonio Anastasia, e o Relator, Deputado José Priante. Por fim, pediu que o projeto fosse à sanção sem vetos.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).

Dr. Frederico (PRD - MG) - O Deputado defendeu a abertura de uma CPI para investigar o Banco Master, argumentando que o momento político torna inevitável o aprofundamento das apurações sobre possíveis irregularidades e relações financeiras envolvendo figuras públicas. Afirmou também que a crise representa uma oportunidade para esclarecer responsabilidades e criticou o PT por resistir à instalação de investigações. Além disso, manifestou apoio ao Senador Flávio Bolsonaro e ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, classificando ambos como alvos de perseguição política e judicial, além de defender que eventuais financiamentos privados ligados ao campo conservador sejam diferenciados de práticas ilícitas. Por fim, criticou políticas culturais financiadas pela Lei Rouanet, acusando-as de promover uma disputa ideológica, e voltou a cobrar transparência em contratos relacionados ao Banco Master e a pessoas ligadas ao Judiciário.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana).

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação das emendas de plenário apresentadas ao Projeto de Lei nº 3.278, de 2021, que institui o marco legal do transporte público coletivo urbano e altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Lei de Mobilidade Urbana). Além disso, criticou o Senador Flávio Bolsonaro por declarações sobre recursos recebidos de Daniel Vorcaro. Contestou a alegação de que os recursos seriam estritamente privados, argumentando que já havia conhecimento público sobre suspeitas envolvendo o empresário à época dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

contatos mencionados. Ao final, afirmou que o episódio compromete a credibilidade de Flávio Bolsonaro como representante do campo da direita.

BREVES COMUNICAÇÕES

Pedro Uczai (PT - SC) - O Deputado criticou o Senador Flávio Bolsonaro e a família Jair Bolsonaro, associando-os a suspeitas de irregularidades financeiras envolvendo o Banco Master e o financiamento de um filme sobre o ex-Presidente. Resgatou ainda acusações anteriores contra Flávio Bolsonaro, como o caso das “rachadinhas”, e levantou questionamentos sobre movimentações financeiras, aquisição patrimonial e supostas conexões com o empresário Daniel Vorcaro. Defendeu a instalação de uma CPI para investigar o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB), alegando que recursos ligados ao caso teriam origem indireta em prejuízos suportados pelo sistema financeiro e pela sociedade. Também afirmou que o episódio compromete a viabilidade política de Flávio Bolsonaro como pré-candidato à Presidência, contrastando a postura do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e concluiu com uma defesa da democracia e da continuidade de políticas públicas voltadas à reconstrução do País.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a instalação da CPI do Banco Master, afirmando que a oposição colheu assinaturas desde o início e apoia a investigação de todos os envolvidos, independentemente de partido. Criticou o PT, associando o partido a escândalos como o mensalão e o petrolão, e apontou o Presidente Lula como o responsável por esses episódios. Além disso, rebateu acusações contra o Senador Flávio Bolsonaro, argumentando que não há irregularidades comprovadas até o momento. Por fim, condenou o Governo pelo aumento de impostos e pelo descumprimento de promessas de campanha, manifestando confiança na vitória da oposição nas eleições de outubro.

Beto Preto (PSD - PR) - O Deputado celebrou o compromisso do Governo do Estado do Paraná com a construção da ponte sobre o rio Ivaí, que conectará os Municípios de Jardim Alegre (PR) e Grandes Rios (PR), com investimento superior a R\$ 27 milhões e extensão de 250 metros. Informou que a obra reduzirá a distância entre os Municípios de 80 para 25 quilômetros, favorecendo o escoamento agrícola e a mobilidade da população. Além disso, homenageou Prefeitos, ex-Prefeitos, Deputados estaduais e federais que contribuíram para a concretização do projeto, destacando o papel do Governador Ratinho Júnior como exemplo de gestão eficiente.

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado saiu em defesa do Senador Flávio Bolsonaro e criticou o PT e seus aliados por adotarem uma postura seletiva ao questionar o financiamento privado de um filme sobre o ex-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Presidente Jair Bolsonaro. Argumentou que se trata de uma relação estritamente privada, sem uso de recursos públicos ou incentivos estatais, e acusou a Esquerda de transformar o caso em escândalo político por motivações ideológicas. Defendeu ainda a instalação imediata da CPI do Banco Master como forma de investigar amplamente o caso e esclarecer eventuais responsabilidades, afirmando que a oposição busca transparência total sobre agendas, contratos e relações políticas ligadas ao episódio. Ao final, leu nota pública atribuída a Flávio Bolsonaro, na qual o Senador nega qualquer irregularidade e reforça o pedido de investigação parlamentar.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que novas revelações sobre o Banco Master reforçam suspeitas de fraude bancária e levantam indícios que justificam investigação aprofundada sobre o financiamento de um filme sobre o ex-Presidente Jair Bolsonaro. Comparou os valores atribuídos ao projeto com orçamentos de produções brasileiras de grande destaque, argumentando que o montante solicitado pelo Senador Flávio Bolsonaro seria desproporcional e levantaria questionamentos sobre sua destinação. Destacou ainda mensagens trocadas entre Flávio Bolsonaro e o banqueiro Daniel Vorcaro como indício de proximidade que, em sua avaliação, exige esclarecimentos públicos. Por fim, defendeu a instalação imediata da CPI e da CPMI do Banco Master, cobrando atuação independente da Polícia Federal e afirmando que eventuais irregularidades devem ser apuradas “do a quem doer”, além de criticar tentativas de interferência política em investigações envolvendo a família Bolsonaro.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado divulgou a feira, exposição e torneio leiteiro realizado em Poço Redondo (SE), décimo maior produtor de leite do Brasil e o maior de Sergipe, com destaque para a agricultura familiar e as áreas de reforma agrária. Ressaltou que o evento contou com representantes de mais de dez Estados e do Governo Federal. Além disso, agradeceu o apoio do Prefeito Vado do Gavião e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, parabenizando os produtores e expositores participantes.

Paulo Marinho Jr (PL - MA) - O Deputado fez um apelo às autoridades do Ministério Público e do Judiciário para que adotem providências diante da crise administrativa enfrentada pelo Município de Caxias (MA). Informou que a cidade vive um cenário de caos e abandono, com atrasos no pagamento de médicos, falhas graves na saúde pública, precariedade na infraestrutura urbana, denúncias de desvios de recursos e aumento da violência. Citou ainda nota pública do Conselho Regional de Medicina cobrando regularização de pagamentos, mencionou investigações da Polícia Federal, como a operação Operação Lei do Retorno, e criticou a gestão municipal, afirmando que o Prefeito cassado aguarda apenas decisão definitiva da Justiça Eleitoral.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Alexandre Guimarães (MDB - TO) - O Deputado defendeu a valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias, destacando o papel essencial desses profissionais na promoção da saúde pública, na prevenção de doenças e no atendimento direto à população. Cobrou celeridade do Senado na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, já aprovada pela Câmara, que trata de aposentadoria diferenciada, regularização do vínculo funcional e fortalecimento das garantias previdenciárias e trabalhistas da categoria. Ao final, reiterou apoio à categoria e apelou por justiça e reconhecimento ao trabalho desempenhado por esses servidores.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado defendeu o Senador Flávio Bolsonaro, classificando como infundadas as acusações levantadas pelo PT sobre o financiamento de um filme relacionado ao ex-Presidente Jair Bolsonaro. Afirmou que os recursos mencionados teriam origem exclusivamente privada, sem qualquer irregularidade, e as críticas fariam parte de uma estratégia política para desgastar a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência. Criticou o PT e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, associando o Governo a escândalos de corrupção e prejuízos em estatais, além de mencionar supostas investigações envolvendo familiares do Presidente. Por fim, reiterou apoio à instalação da CPI do Banco Master, defendendo apuração ampla para esclarecer eventuais irregularidades, e afirmou confiança na continuidade do crescimento político de Flávio Bolsonaro como nome da Direita para a disputa presidencial.

Jeferson Rodrigues (PSDB - GO) - O Deputado compartilhou experiência pessoal com a violência doméstica e criticou a ineficácia do Estado na proteção das mulheres, apontando que medidas protetivas, burocracia e estruturas falhas deixam vítimas vulneráveis. Nesse contexto, apresentou o Projeto de Lei nº 2.368, de 2026, denominado Lei Maria da Penha 5.0, que propõe punições mais rigorosas aos agressores, como monitoramento eletrônico, bloqueio patrimonial, retenção de passaporte, perda de benefícios públicos e pensão vitalícia aos filhos das vítimas. Por fim, defendeu que proteger mulheres é pauta de civilidade e humanidade, e pediu apoio da Casa à proposta.

Messias Donato (UNIÃO - ES) - O Deputado defendeu a anistia aos condenados pelos atos de Atos de 8 de janeiro de 2023, classificando-os como “presos políticos” e criticando a suspensão, pelo ministro Alexandre de Moraes, da aplicação da lei de dosimetria aprovada pelo Congresso após a derrubada de veto presidencial. Destacou sua atuação como coautor do projeto de anistia e argumentou que a decisão judicial representa interferência sobre a vontade expressa pelo Legislativo. Por último, citou como exemplo o caso de uma detida beneficiada por alvará de soltura, apresentada por ele como símbolo da necessidade de revisão das condenações, e afirmou que continuará mobilizado pela libertação de todos os envolvidos, defendendo que retornem ao convívio familiar enquanto o tema segue em debate institucional e judicial.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a taxa federal sobre compras internacionais de até US\$ 50, classificando-a como expressão da "fúria arrecadatória" do Governo do Presidente Lula da Silva. Apontou que a medida nasceu sem sensibilidade social, sem lógica econômica e sem previsibilidade jurídica. Além disso, afirmou que a condução da Medida Provisória nº 1.357, de 2026, que extinguiu a cobrança foi atabalhoada, pois o Ministro da Fazenda, presente na Câmara no momento da assinatura, não soube explicar a decisão e foi surpreendido pelo próprio Governo. Destacou também os impactos nos Correios: queda da participação de encomendas internacionais de 22% para 8% entre 2023 e 2025, perda estimada de R\$ 2,2 bilhões em faturamento e redução do volume de objetos internacionais de 149 milhões para 41 milhões nos primeiros nove meses de 2025. Concluiu que o resultado foi perverso: ganho aparente na arrecadação federal e rombo bilionário em estatal pública, custeado indiretamente pelo contribuinte.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou o Dia do Trabalhador e os 90 anos da instituição do salário mínimo no Brasil. Resgatou a origem histórica do 1º de maio nas mobilizações operárias de Chicago (1886) e o percurso nacional do salário mínimo, da previsão na Constituição de 1934 à Lei nº 185, de 1936, à regulamentação em 1938 e à fixação dos primeiros valores em 1940. Destacou que 35,3% dos trabalhadores brasileiros recebiam até um salário mínimo, conforme o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reforçando que o tema não é abstração econômica, mas realidade concreta de milhões de famílias. Alertou para os desafios persistentes (informalidade, precarização, assédio e desproteção) e defendeu que as transformações tecnológicas não podem servir de pretexto para o enfraquecimento de direitos trabalhistas.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou o fim da "taxa das blusinhas", taxa retirada da cobrança do imposto de importação sobre compras internacionais de até US\$ 50, vigente a partir de 13 de maio de 2026. Destacou que a medida penalizou especialmente famílias de baixa renda, que utilizavam plataformas internacionais para adquirir roupas, calçados, materiais escolares e eletrônicos a preços acessíveis, com o custo agravado pela incidência simultânea do imposto de importação e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) estadual. Ressaltou que apresentou Indicação ao Ministério da Fazenda pela revogação da cobrança e o Projeto de Lei (PL) nº 3.368, de 2025, propondo o restabelecimento do regime de isenção anteriormente vigente. Defendeu, por fim, que a revisão da política tributária representa reconhecimento dos impactos econômicos suportados pela população e pode estimular o consumo e ampliar o poder de compra das famílias brasileiras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado defendeu regulação responsável da inteligência artificial, afirmando que a tecnologia deve estar, acima de tudo, a serviço das pessoas. Alertou para os impactos já visíveis sobre o mercado de trabalho, com extinção de funções tradicionais e surgimento acelerado de novas atividades, e cobrou do Estado políticas de qualificação e inclusão que garantam oportunidades reais à população. Denunciou o uso irresponsável da inteligência artificial nas redes sociais, com produção de conteúdos falsos que ampliam a desinformação e corroem a confiança dos cidadãos nas instituições, ameaçando os próprios alicerces da democracia. Destacou também o papel da Câmara dos Deputados no avanço de propostas para um marco regulatório que estimule a inovação sem abrir mão da proteção a direitos fundamentais. Por fim, defendeu que as plataformas digitais operem com transparência e prestação de contas à sociedade.

Vinicius Carvalho (PL - SP) - O Deputado criticou o programa Desenrola 2.0, lançado pelo Governo para renegociação de débitos, classificando-o como medida paliativa sem profundidade, voltada a não comprometer resultados eleitorais. Apontou que a proporção de famílias endividadas atingiu 80,9% em abril de 2026, quarto mês consecutivo de recorde, e que a renda disponível recuou de 23% em fevereiro de 2025 para 21% em fevereiro de 2026. Alertou ainda que o programa permite o uso de até 20% do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ou R\$ 1.000 (o que for maior) para abatimento de dívidas, medida que, sem educação financeira e mecanismos de acompanhamento, apenas posterga um problema estrutural. Por fim, ressaltou que o primeiro Desenrola não retirou as famílias da condição de endividamento, e que os desafios do Governo são maiores do que a nova versão do programa é capaz de resolver.

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado criticou o programa "Brasil Contra o Crime", lançado pelo Governo Federal, classificando-o como marketing político sem efetividade institucional, por não ter sido embasado em estudos, mapeamentos ou dados concretos. Destacou pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, segundo a qual 68,7 milhões de brasileiros convivem diariamente com o crime organizado em seus bairros, dos quais 42,2 milhões vivem em contextos onde o crime regula a vida local. Denunciou ainda a ausência de articulação federativa, de metas objetivas, de indicadores transparentes e de fontes claras de financiamento. Alertou também para a centralização excessiva das decisões em Brasília, a omissão quanto ao fortalecimento das facções no sistema prisional e a desvalorização das forças de segurança estaduais. Por fim, cobrou política nacional de segurança construída em parceria com Estados e Municípios, baseada em dados, inteligência e planejamento de longo prazo.

Guilherme Uchoa (PSD - PE) - O Deputado prestou homenagem ao Município de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife (PE), por ocasião do aniversário de sua emancipação política, celebrado em 14 de maio. Destacou o simbolismo histórico do nome da cidade, em homenagem ao General José Inácio de Abreu e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 85.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 13/05/2026

Lima, pernambucano que lutou ao lado de Simón Bolívar nos processos de independência da América do Sul. Ressaltou ainda a relevância econômica do Município, marcada pelo comércio, pela atividade industrial e pelo empreendedorismo local. Além disso, reafirmou o compromisso de destinar emendas parlamentares ao Município e de defender investimentos em infraestrutura, desenvolvimento econômico e qualidade de vida para a população. Por fim, dirigiu saudações ao Prefeito Flávio Gadelha, aos Vereadores, às lideranças locais e aos mais de 2.590 eleitores que apoiaram seu mandato nas eleições de 2022.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou a abertura, a partir de 13 de maio de 2026, da renegociação de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) no âmbito da nova fase do programa Desenrola, com descontos que podem chegar a 99% do valor total da dívida. Ressaltou que o desconto máximo será destinado a estudantes inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) com dívidas vencidas há mais de 360 dias, e que a expectativa do Ministério da Educação é de que mais de um milhão de estudantes sejam beneficiados. Informou também que a renegociação será conduzida exclusivamente pelos canais de atendimento da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, sem previsão de utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Por fim defendeu a medida como instrumento de justiça social e de combate ao ciclo de inadimplência que impede a continuidade dos estudos e compromete a inserção dos jovens no mercado de trabalho, alinhando-a à agenda do Governo Federal de ampliação do acesso à educação superior.

ENCERRAMENTO